

Corrida Para o Abismo

Raul Pilla

NENHUMA novidade há na pintura que da situação do País fez, em recente discurso, o deputado Abguar Bastos. Tem-na feito a Oposição pela tribuna e pela imprensa e, ainda agora, o Manifesto do Episcopado Fluminense lhe deu um relêvo extraordinário. O País está como nau desarvorada, arrastada pelo turbilhão. Se alguma coisa há que notar nesta última advertência, é a sua insuspeição, pois emana de um deputado da maioria governamental. Insuspeição tão grande, como a dos eminentes prelados fluminenses.

Como sair do vórtice tremendo? E' o que nem o deputado petebista, nem ninguém parece saber. Ele não aponta uma solução e apenas acena com uma consequência que, apesar de indesejável, lhe parece inevitável: o adiamento das eleições. Isto, porém, não é remédio e, quando muito, evitaria uma causa secundária e superveniente da crise nacional, suposto que não visse a constituir novo e maior fator de perturbação.

Conversando comigo a respeito da situação nacional, preconizava um deputado a união nacional em torno do presidente da República. Mas união nacional, com que objetivo? Para permitir que a crise se vá aprofundando mansamente, sem ruído, como sob a ação de um narcótico? União nacional para deixar tudo como está e estabelecer a universal conivência no desastre? Seria simplesmente absurdo. A união nacional pressuporia uma mudança radical: de política, de ética, de tudo. Teria de ser uma verdadeira conversão, no sentido religioso da palavra.

Ora, isto parece desde logo impossível. Nem o sr. presidente da República, nem certos elementos em que ele se apoia, estão psiquicamente preparados para a operação. De acôrdo com o espirito do regime, o poder é uma presa de guerra. Com tal mentalidade, a união nacional somente capitulação pode ser. A oposição ensarilha as armas, para que o govêrno possa continuar a fazer, sem inquietações, o que bem lhe parece.

Querem uma demonstração da impossibilidade de um govêrno de união nacional? Tal govêrno é, por definição, um govêrno coletivo. Sem que o presidente da República perca a sua natural preeminência, a orientação do govêrno não pode ser a sua orientação pessoal, senão a do conselho dos seus ministros, que, por sua vez, se apoiam nas correntes políticas representadas no Congresso Nacional. Seria, em sũma, um govêrno de gabinete, sem um sistema parlamentar. Outra maneira não há, de se estabelecer um govêrno de união nacional. Ora, é evidente que o presidente da República, formado na escola do poder pessoal, não está mentalmente preparado para esta solução. E, quando a tanto chegasse, encontraria intransponível obstáculo em alguns dos seus ministros. E, quando estes, também, se rendêssem à necessidade, em certas correntes dos partidos da maioria naufragaria a tentativa.

O govêrno de união nacional é impossível. Nada, a não ser um milagre, deterá o País na sua corrida para o abismo.